

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE DE ENSINO SUPERIOR EM IES
PRIVADAS BRASILEIRAS**

CATIA ELI GEMELLI

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS)

LISIANE QUADRADO CLOSS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Agradecimento à órgão de fomento:

A primeira autora registra agradecimento ao Programa de Qualificação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE DE ENSINO SUPERIOR EM IES PRIVADAS BRASILEIRAS

INTRODUÇÃO

A educação superior, tanto pública quanto privada, vem sendo redefinida frente ao contexto de expansão das políticas de cunho neoliberal em escala global a partir da década de 90, sob forte influência da perspectiva privado-mercantil (BIELSCHOWSKY, 2020; FERREIRA; FERENC; WASSEM, 2018; MAUÉS; SOUZA, 2016; SGUISSARDI, 2009). Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil registrou o expressivo crescimento de 219% no número de matrículas no ensino superior nas duas últimas décadas. Nesse período, passou de 2.694.245 milhões de matrículas no ano de 2000 para 8.604.526 milhões em 2019. Das matrículas registradas em 2019, 75,8% foram em Instituições de Ensino Superior (IES) da rede privada.

As condições que regem o trabalho docente de ensino superior passam por transformações nos diferentes tempos e espaços histórico-sociais. Trata-se de um campo complexo e diverso, atravessado pelas reformas políticas, educacionais e trabalhistas das últimas décadas no Brasil (GEMELLI; CLOSS; FRAGA, 2020; MARTINS; HONÓRIO, 2014). Adventos como a ampliação da oferta de vagas na educação superior, a expansão do setor privado na esfera educacional e o enfraquecimento dos vínculos trabalhistas acarretaram diferentes consequências para a docência superior (BECHI, 2017; COSTA; SOUZA; SCAFF, 2021). Dentre elas, evidencia-se um cotidiano de trabalho intenso, complexo, exposto a critérios de eficiência e eficácia ajustados aos interesses do mercado, bem como a potencialização da produtividade do/a trabalhador/a docente, que teve ampliadas as exigências sobre si mesmo/a (FERREIRA; FERENC; WASSEM, 2018).

O aumento da precarização do trabalho docente de ensino superior, expresso principalmente pela sua intensificação de atividades e fragilização de relações de trabalho, vem sendo apontado por diversos estudos, tanto no contexto nacional (FERREIRA; FERENC; WASSEM, 2018; GEMELLI; CLOSS; FRAGA, 2020; GUIMARÃES; CHAVES, 2015; IVO; HYPOLITO, 2015; MARTINS; HONÓRIO, 2014; LOCATELLI, 2017), quanto internacional (ANTUNES, 2017; CERDEIRA; CABRITO, 2020; JESSOP, 2018; SAUNDERS; BLANCO RAMIREZ, 2017; TAMBE; GOUVÊA; TASMERÃO, 2019; WALKER, 2020; WILCOX, 2021). Apesar da sua relevância, há uma carência de pesquisas que analisem quantitativamente esse processo de precarização de trabalho, especialmente no contexto brasileiro de ensino superior de IES privadas (GEMELLI, CLOSS; FRAGA, 2020; LOCATELLI, 2017).

Considerar as formas de organização administrativas e acadêmicas do ensino superior brasileiro é de extrema importância para a compreensão da dinâmica das relações de trabalho docente (LOCATELLI, 2017). O trabalho docente de ensino superior em IES privadas brasileiras na contemporaneidade, especificamente, é afetado por uma dupla complexidade. Este sofre o alastramento da racionalidade neoliberal, que altera o sentido social da educação e aproxima a docência da noção de prestação de serviços, acompanhado da precarização das relações trabalhistas provocada pela crise do capitalismo e por reformas político-econômicas (GEMELLI; CLOSS; FRAGA, 2020).

Diante deste cenário, o presente estudo objetiva analisar o trabalho docente de ensino superior privado, com enfoque no seu processo de precarização, a partir do desenvolvimento de uma pesquisa do tipo *survey* com docentes de IES privadas do sul e sudeste brasileiro. Além das contribuições teórico-empíricas ao campo de estudos sobre relações de trabalho e docência superior no contexto brasileiro, esta pesquisa fornece subsídios para análises, reflexões e o planejamento de ações por parte de legisladores/as, sindicatos e instituições de ensino que

contemplem preocupações quanto aos impactos do avanço da perspectiva privado-mercantil sobre o trabalho docente.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em 1980, conforme dados do INEP (2020), o Brasil possuía 200 IES públicas e 682 IES privadas; já no ano de 2019, o país passou a contar com 302 IES públicas e 2306 privadas. Ou seja, enquanto o número de IES públicas cresceu 51%, o de privadas teve um crescimento de mais de 238% nos últimos quarenta anos. Para além do crescimento no número de instituições, o ensino superior privado brasileiro sofreu mudanças recentes que refletem a expansão do movimento mercantil, com destaque para a proliferação de conglomerados educacionais. Segundo Bielschowsky (2020), uma forma especial de oligopólio foi implantada no ensino superior privado brasileiro caracterizado pela alta concentração do mercado em poucos grupos empresariais. Ainda conforme o autor, em 2018, dez grupos empresariais eram responsáveis por cerca de 50% das matrículas nacionais, captando aproximadamente 60% dos novos ingressos nesse segmento educacional.

Outra característica da educação superior brasileira, segundo o censo da educação superior (INEP, 2020), é o expressivo crescimento de cursos na modalidade de Educação a Distância (EAD). Entre 2018 e 2019, essa modalidade teve uma variação positiva de 15,9%, enquanto os cursos presenciais tiveram um decréscimo de -1,5%. Afora isso, enquanto a participação percentual de ingressantes em cursos de graduação a distância em 2009 era de 16,1%, essa participação cresceu para 43,8% em 2019. Diversos/as autores/as (BENINI *et al.*, 2020; COSTA, 2016; VELOSO; MIL, 2018) apontam que a ampliação vertiginosa da oferta de cursos EAD é uma expressão do processo de mercantilização do ensino superior e que esta acarreta maior precarização do trabalho docente. Na modalidade EAD, o número de discentes atendidos/as por cada docente tende a ser maior, ampliando a tarefa do/a professor/a e rompendo o princípio da relação interpessoal característica do magistério (COSTA, 2016).

O avanço da racionalidade mercadológica para o campo educacional brasileiro e sua imposição de novas exigências às IES resultou em novos desafios para o trabalho docente de ensino superior. Nesse novo cenário, a docência apresenta-se como uma profissão cada vez mais complexa, exigente e exercida em condições adversas, ao mesmo tempo em que vem sentindo uma diminuição em sua profissionalidade (MONTEIRO, 2015). Ao analisar anúncios de grandes grupos educacionais – tanto de vagas de trabalho docente, quanto de cursos de formação para a docência –, Melo e Cavalcante (2019) observaram a presença de um discurso de desqualificação da docência como profissão, tratando-a como atividade complementar a outras profissões.

Outrossim, percebe-se uma intensificação cada vez maior das atividades laborais docentes, impactadas também pelo produtivismo acadêmico exacerbado (MAUÉS; SOUZA, 2016). Tal intensificação do trabalho diz respeito à quantidade de energia física, intelectual e emocional despendida pelo/a docente na efetividade do seu trabalho (GUIMARÃES; CHAVES, 2015). Para além disso, há uma degradação das condições de trabalho indispensáveis para que o/a docente cumpra seu papel no processo de aprendizagem dos/as discentes, ao mesmo tempo que atenda suas necessidades de desenvolvimento profissional (MOURA *et al.*, 2019). Estas condições referem-se à disponibilização de recursos que possibilitem que o trabalho seja materializado efetivamente, envolvendo a infraestrutura da instituição, os materiais disponíveis e os serviços de apoio.

A subsequente fragilização das relações de trabalho docente vivenciada no Brasil nos últimos anos ilustra um cenário em que o trabalho em tempo integral vem sendo substituído por contratos laborais flexibilizados (GEMELLI; CERDEIRA, 2020). Essa fragilização se torna ainda mais evidente nos contratos de trabalho intermitentes, tais como de trabalhador/a horista,

no trabalho autônomo – com recebimento por Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA) – e na prestação de serviços como pessoa jurídica (GEMELLI; CLOSS; FRAGA, 2020). Irigaray *et al.* (2019), Locatelli (2017), Gemelli, Closs, Fraga (2020) e Nogueira e Oliveira (2015) sugerem que o enfraquecimento dos vínculos trabalhistas e a coexistência de múltiplos vínculos de trabalho afetam o trabalho docente, sobretudo em relação à insegurança financeira, à dificuldade de planejamento da carreira e ao enfraquecimento dos vínculos com discentes e pares.

Nos casos de docentes horistas, o valor obtido por esse trabalho é, frequentemente, insuficiente para a sua sobrevivência, obrigando à ampliação dos turnos de trabalho ou mesmo à docência em mais de uma instituição (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2015). Ademais, a reforma trabalhista acentuou a contratação de docentes como trabalhadores/as autônomos/as ou por meio da constituição de pessoa jurídica (GEMELLI; CLOSS; FRAGA, 2020). Decorrente da ausência de um vínculo formal, docentes vivenciam a perda de elementos importantes para a sua construção profissional, como segurança, autonomia e independência (IRIGARAY *et al.*, 2019). Assim, propõe-se a primeira hipótese do presente estudo:

H1: O tipo de vínculo/contrato de trabalho afeta significativamente a percepção do grau de precarização do trabalho docente de ensino superior privado.

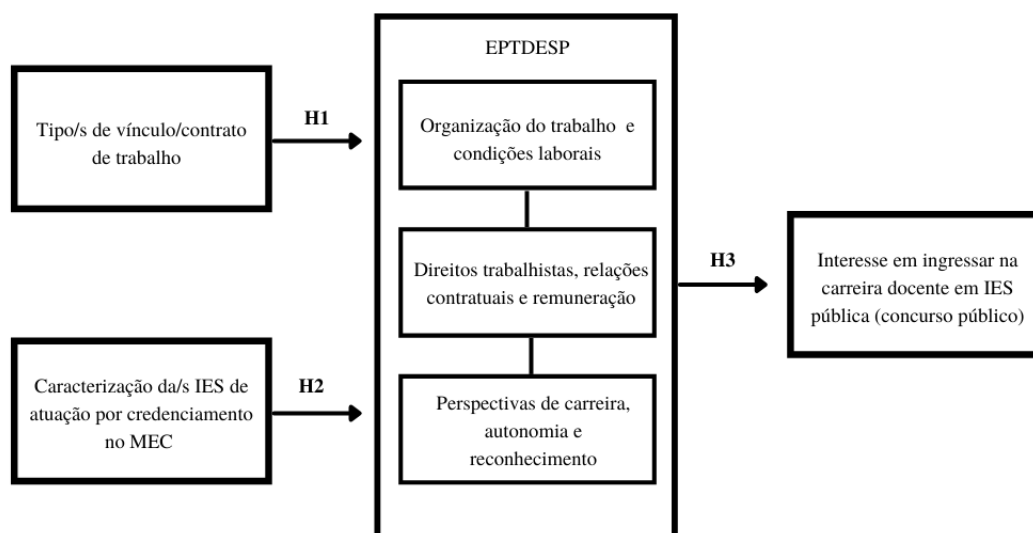
Percebe-se ainda que o advento do crescimento da relação matrícula de discentes/função docente tem sido mais acentuado nos centros universitários e nas faculdades, locais de maior incidência do setor privado (LOCATELLI, 2017). De acordo com o INEP (2020), 83,82% das IES privadas brasileiras são credenciadas no Ministério da Educação (MEC) como faculdades, 12,27% como centros universitários e apenas 3,9% como universidades. O principal diferencial destas instituições quanto à organização, é que universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Considerando esses fatores, formulou-se a segunda hipótese:

H2: A caracterização das IES de atuação, de acordo com o seu credenciamento no MEC, afeta significativamente a percepção do grau de precarização do trabalho docente de ensino superior privado.

Dadas as recentes reconfigurações do trabalho docente em IES privadas, segundo Gemelli, Closs e Fraga (2020) docentes que não intentavam ingressar na carreira em IES públicas passaram a considerar a possibilidade de prestarem concurso público. Ainda conforme as autoras, a insegurança financeira, a incerteza quanto à permanência nas IES e a dificuldade de planejamento da carreira foram os principais fatores que impeliam à migração para a carreira pública elencados pelos/as entrevistados/as. Diante do exposto, propõe-se a terceira e última hipótese do estudo:

H3: A percepção do grau de precarização do trabalho docente em IES privadas afeta significativamente o interesse do/a docente de ingressar na carreira docente em IES pública.

Figura 1: Modelo teórico hipotético



Fonte: Elaborado pelas autoras.

METODOLOGIA

O presente estudo objetiva analisar o trabalho docente de ensino superior privado em IES brasileiras com enfoque no seu processo de precarização. O artigo apresenta e discute os resultados da última fase de um projeto de pesquisa, iniciado em 2020, com o intuito de desenvolver e aplicar um instrumento de mensuração e análise da precarização do trabalho docente de ensino superior privado brasileiro. Nas duas fases anteriores, procedeu-se: 1) realização de revisão sistemática da produção acadêmica de artigos científicos indexados na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) sobre trabalho docente no ensino superior publicada no Brasil na última década (2010-2019); 2) proposição e validação de instrumento de pesquisa capaz de mensurar a precarização do trabalho docente de ensino superior privado no Brasil. A revisão sistemática fundamentou a proposição da Escala de Precarização do Trabalho Docente de Ensino Superior Privado (EPTDESP), testada e validada por análise fatorial.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa correlacional por meio do método de levantamento *survey* (COZBY, 2003). O instrumento de coleta de dados foi composto pela EPTDESP, bem como por questões demográficas e de investigação sobre aspectos do exercício da profissão docente. A coleta foi conduzida na modalidade on-line, no mês de abril de 2021, com a utilização do aplicativo Google Forms. A divulgação ocorreu por diversos canais, dentre eles: grupos de pesquisa e de docentes no WhatsApp®, Facebook® e LinkedIn®; contato com todas as unidades do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (SINPRO) presentes nas regiões sul e sudeste; e grupos de e-mail de IES privadas.

Foram coletadas 654 respostas que passaram pela etapa de limpeza dos dados. Excluindo-se duplicações e respostas omissas restaram 607 respostas. A amostra obtida classifica-se como probabilística de universo infinito, com confiabilidade de 95% (MATTAR, 1999). O software estatístico utilizado nas análises foi o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 23.

Foram conduzidas análises estatísticas descritivas para a caracterização dos/as docentes participantes da pesquisa. Avaliaram-se possíveis correlações entre as variáveis

sociodemográficas – sexo, idade, cor/etnia, formação e estado – e as variáveis de aspectos do exercício da profissão docente, utilizando-se correlações bivariadas.

As análises da EPTDESP iniciaram-se pelo cálculo das médias e desvio padrão, estabelecendo-se intervalo de confiança de 95%. O teste de confiabilidade – alfa de Cronbach – foi realizado para atestar a confiabilidade interna da escala e o teste de Kolmogorov-Smirnov para verificar a distribuição da amostra. Para o teste de hipóteses, utilizou-se a análise de variância (ANOVA) para o teste de significância estatística de diferença entre grupos, entre as variáveis selecionadas – tipo de vínculo/contrato de trabalho, caracterização da/s IES de atuação por credenciamento no MEC – e as dimensões da EPTDESP e regressão múltipla para a análise de relação entre as dimensões de EPTDESP e o interesse em ingressar na carreira docente em IES pública (HAIR *et al.*, 2009). Em caso de confirmação da hipótese – rejeição da hipótese nula – aplicaram-se testes *post-hoc* de comparações múltiplas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicia-se a apresentação dos resultados pelas análises descritivas para caracterização dos/as respondentes da pesquisa. A Tabela 1 apresenta a demografia dos/as participantes no que se refere ao sexo, idade, cor/etnia, formação e estado.

Tabela 1: Demografia dos/as participantes da pesquisa

Variáveis	Categorias	Porcentagem
Sexo	Feminino	54,9%
	Masculino	45,1%
Idade	≤ 30 anos	10,2%
	31 – 40 anos	35,4%
	41 – 50 anos	30,8%
	51 – 60 anos	18,1%
	≥ 60 anos	5,4%
Cor/Etnia	Preto(a)	3%
	Branco(a)	81,2%
	Pardo(a)	14,3%
	Amarelo(a)	1,3%
	Indígena(a)	0,2%
Formação	Graduação	0,3%
	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	11,5%
	Mestrado	49,4%
	Doutorado	38,7%
Estado	Rio Grande do Sul	28,2%
	Santa Catarina	5,1%
	Paraná	12,2%
	São Paulo	22,7%
	Minas Gerais	9,9%
	Rio de Janeiro	14,8%
	Espírito Santo	7,1%

Fonte: Elaborada a partir das análises no SPSS.

Observa-se que a participação de respondentes do sexo feminino foi maior, representando 54,9% da amostra. A média de idade dos/as respondentes foi de 42,6 anos, a mediana foi 42 anos, a idade mínima foi 24 anos e, a máxima, 74 anos. Predominaram respondentes autodeclarados/as brancos/as (81,2%). Quanto à formação, apenas 11,8% não possuíam grau de mestrado ou doutorado. Por fim, 45,5% dos/as respondentes/as eram da região Sul, enquanto 54,5% da região Sudeste. Cabe ressaltar que 119 diferentes cidades foram citadas como locais de residência pelos/as respondentes.

A Tabela 2 apresenta os dados das questões quanto aos aspectos do exercício da profissão docente.

Tabela 2: Caracterização de participantes em relação à docência

Variáveis	Categorias	Porcentagem
Áreas do CNPQ	Ciências Exatas e da Terra	6,1%
	Ciências Biológicas	2,7%
	Engenharias	6,9%
	Ciências da Saúde	20,1%
	Ciências Agrárias	1,6%
	Ciências Sociais Aplicadas	41,8%
	Ciências Humanas	18,8%
	Linguística, Letras e Artes	2%
Tempo de experiência docente	≤ 5 anos	32,8%
	6 – 10 anos	27,7%
	11 – 15 anos	15,7%
	16 – 20 anos	12,5%
	21 – 30 anos	8,1%
	31 – 40 anos	2,6%
	≥ 41 anos	0,5%
Renda bruta oriunda da atividade docente	Menos de meio salário-mínimo	1,3%
	De meio até menos de 1	5,8%
	Entre 1 e menos de 3	32,5%
	Entre 3 e menos de 5	24,5%
	Entre 5 e menos de 7	12,5%
	Entre 7 e menos de 9	7,1%
	Entre 9 e menos de 11	9,2%
	Entre 11 e menos de 13	2,8%
	Entre 13 e menos de 15	2,0%
Mais de 15 salários	2,3%	
Atua em outra atividade remunerada além da docência	Nunca	19,8%
	Raramente	27,7%
	Frequentemente	18%
	Sempre	34,5%
Vínculos/contratos de trabalho	Celetista mensalista tempo integral	18,3%
	Celetista mensalista tempo parcial	20,1%
	Celetista horista	47,1%
	Celetista tempo parcial + outro vínculo/contrato	2,8%
	Outros vínculos/contratos	11,7%
Caracterização da/s IES de atuação por credenciamento no Ministério da Educação (MEC)	Universidade	37,6%
	Centro Universitário	28,8%
	Faculdade	22,6%
	Dois ou mais IES de diferentes credenciamentos	11%
Leciona em pós-graduação <i>lato sensu</i>	Nunca	26,2%
	Raramente	35,7%
	Frequentemente	24,1%
	Sempre	14%
Leciona em pós-graduação <i>stricto sensu</i>	Nunca	82,7%
	Raramente	6,8%
	Frequentemente	2,6%
	Sempre	7,9%
Interesse em ingressar na carreira docente em IES pública por concurso público	Sim	47,9%
	Talvez	30%
	Não	22,1%

Fonte: Elaborada a partir das análises no SPSS.

Como grande área do CNPQ de atuação dos/as respondentes, sobressaíram as áreas de Ciências Sociais Aplicadas (41,8%), Ciências da Saúde (20,1%) e Ciências Humanas (18,8%).

A média do tempo de experiência na profissão foi de 9,8 anos, com mediana de 8 anos, mínimo de 1 ano e máximo de 51 anos. A média da renda bruta oriunda da atividade docente foi de R\$ 4.971,75, com mediana de R\$ 4.000,00, mínimo de R\$ 250,00 e máximo de R\$ 25.000,00. A maioria (52,5%) dos/as docentes atuava sempre e/ou frequentemente em outras atividades remuneradas além da docência.

Como principal vínculo/contrato de trabalho estava o de celetista horista (47,1%) e, em seguida, celetista mensalista tempo parcial (20,1%). Entre os outros vínculos/contratos de trabalho estavam a contratação como pessoa jurídica (PJ), o trabalho autônomo remunerado por RPA e, até mesmo, o trabalho autônomo sem registro. Apenas 18,3% possuíam vínculo de trabalho como docente de tempo integral. A docência em cursos de pós-graduação lato *sensu* era frequente ou constante para 38,1%. Já a docência na pós-graduação stricto *sensu* era frequente ou constante para apenas 10,5%.

Quanto à modalidade que os/as docentes respondentes lecionavam, destaca-se a presencial (57,5%), seguida pela EAD (10,3%), por presencial e EAD (9,6%), semipresencial (7,6), presencial e semipresencial (6,8%), presencial, semipresencial e EAD (6,0) e, por último, semipresencial e EAD (2,2%). Portanto, a maioria dos/as respondentes da pesquisa exerciam a docência no ensino superior presencial. Ressalta-se que o questionário orientava para que se considerasse a modalidade do curso no período anterior à COVID-19, ou seja, em caso de cursos presenciais em ensino remoto emergencial pela COVID, a modalidade a ser assinalada seria a presencial.

Destaca-se que 22,1% dos/as respondentes já lecionaram por contrato temporário em IES públicas como docentes substituto/as (Lei nº 8.745/93). Ademais, 47,9% desejavam ingressar na carreira de docentes de IES públicas por concurso público.

Correlação sociodemográfica com aspectos da profissão docente

Aplicaram-se testes de análise bivariada para verificar a correlação entre as variáveis sociodemográficas – sexo, idade, cor/etnia, formação e estado de residência – e as variáveis de aspectos do exercício da profissão docente. Obtiveram-se resultados significativos ($p < 0,05$) nas seguintes correlações:

A variável *sexo* indicou correlação com as *áreas do CNPQ* dos/as docentes respondentes. Verificou-se frequência significativamente maior de mulheres nas Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas; entre os homens foi maior nas Ciências Exatas e da Terra e Engenharias. A variável *sexo* também apresentou correlação com a *atuação em outra atividade profissional além da docência*, sendo a frequência de docentes homens que exercem outra atividade sempre ou frequentemente superior a das mulheres.

Estudos nacionais (BALSAMO; PANIZ, 2021; SOUSA, 2021) e internacionais (BROADLEY, 2015; LEAPER; STARR, 2019) discutem a sub-representação das mulheres nos campos da ciência, tecnologia, engenharia e matemática – *science, technology, engineering, and mathematics* (STEM) – e nas ciências agrárias. Salienta-se que, para além da capacidade de agência individual, os contextos – marcados pelas condições sociais, econômicas, políticas e culturais – delimitam e direcionam as oportunidades e as escolhas pessoais de carreira (FRAGA; GEMELLI; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019). Desta forma, observa-se que seria simplista analisar essa desigualdade de gênero como apenas uma consequência de escolhas educacionais e ocupacionais (BROADLEY, 2015). Fatores como segregação ocupacional por sexo, assédio sexual e seleções excludentes afastam mulheres da formação e da docência em áreas que foram historicamente dominados por homens, como é o caso das Ciências Exatas e da Terra e das Engenharias (BALSAMO; PANIZ, 2021; FRAGA; GEMELLI; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2019; LEAPER; STARR, 2019).

A variável *formação* apresentou correlação linear positiva com: *idade* (aumento da idade relacionou-se com maior formação); *tempo de experiência* (docentes com maior formação também indicaram maior tempo de experiência); e *renda mensal bruta oriunda da atividade docente* (maior formação incidiu em maior renda). Ademais, observou-se correlação entre formação: com a *atuação em disciplinas na pós-graduação stricto sensu*, sendo maior a frequência de doutores/as atuando nesta modalidade de ensino; com a *caracterização da/s IES de atuação por credenciamento no MEC*, com maior frequência de doutores/as em universidades e de mestres/as e especialistas em faculdades e centros universitários; com os *tipos de vínculos/contratos de trabalho*, sendo maior a frequência de doutores/as como celetistas mensalistas de tempo integral e de mestres/as e especialistas como horistas; com a *atuação em outra atividade profissional além da docência*, sendo significativamente maior a frequência de especialistas que exercem outra atividade sempre ou frequentemente, em relação a mestres/as e doutores/as. Por fim, foi significativamente maior o número de doutores/as que atuaram como docentes *substituto/as em IES públicas* pela Lei nº 8.745/93, em relação aos demais níveis de formação.

A maior atuação por parte de especialistas em outras atividades profissionais além da docência refere-se tanto à menor remuneração – visto que há correlação entre formação e renda mensal bruta oriunda da atividade docente – quanto ao início na carreira docente. Como indicou a pesquisa de Gemelli, Closs e Fraga (2020), muitas pessoas ingressam na docência enquanto mantém outras atividades profissionais e realizam formação (mestrado/doutorado) para migração total para a nova carreira. Outro aspecto a ser considerado é o recente aumento da desprofissionalização da docência de ensino superior, sendo esta considerada uma atividade extra, como apontam Melo e Cavalcante (2019).

A variável *cor/etnia* indicou correlação com o *tempo de experiência na carreira docente*, sendo que pessoas pretas e pardas apresentaram menor tempo de experiência em relação a pessoas brancas. Pessoas pretas e pardas também manifestaram maior *desejo de ingressar na docência em IES pública*. Como os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais demonstraram percentual significativamente maior de pretos e pardos em relação ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, a correlação da variável *estado* com o *maior desejo de ingressar na docência em IES pública* também foi significativa.

Ao analisar a literatura sobre o trabalho docente no ensino superior, observa-se escassez de estudos que debatam a temática com olhar voltado aos marcadores sociais de diferença, tais como classe, gênero, sexualidade e raça/etnia. No que se refere à raça/etnia, Fernandes (2019) identificou que homens brancos formam a maioria do quadro de docentes de ensino superior no Brasil, além de que a presença de docentes negras e negros é ainda menos representativa nas regiões sul e sudeste do País. O dado é corroborado tanto pelos relatórios do INEP, quanto pelos resultados do presente estudo. Silva e Castro (2018) refletem que ainda há uma intensa luta pela igualdade de direitos na sociedade e em todos os espaços escolares, inclusive no ensino superior. As recentes reformas educacionais que emergiram como resposta às lutas empreendidas por movimentos sociais antirracistas pela igualdade de direitos ampliaram o acesso da população negra ao ensino superior, à pós-graduação e à docência universitária. Dessa forma, elucida-se que a correlação da variável *cor/etnia* com a experiência docente reflete o recente acesso da população negra à profissão docente de ensino superior.

Como esperado, a variável *idade* indicou correlação linear positiva em relação ao *tempo de experiência docente* (quanto maior a idade, maior o tempo de experiência) e correlação negativa em relação ao *desejo de ingressar na carreira docência em IES públicas* (quanto maior a idade, menor o desejo de prestar concurso público para docência). Outrossim, observou-se relação com a caracterização das IES, sendo que docentes mais jovens eram menos frequentes em universidades e mais frequentes em faculdades e centros universitários. Docentes mais

jovens também atuaram com menor frequência na *docência em pós-graduação stricto sensu*, visto que possuem menor formação.

Precarização do trabalho docente

Para as três dimensões e oito fatores deste estudo, os valores do coeficiente Alfa de Cronbach observados indicaram confiabilidade de moderada a elevada (MURPHY; DAVIDSHOLDER, 1998), atestando a confiabilidade do instrumento adotado. Além disso, os dados foram submetidos ao teste de Kolmogorov-Smirnov, que indicou que a amostra provém de uma população normal, com distribuição uniforme.

As análises da Escala de Precarização do Trabalho Docente de Ensino Superior Privado (EPTDESP) iniciaram pelo cálculo da média e do desvio padrão das suas dimensões, fatores e variáveis, estabelecendo-se intervalo de confiança de 95%. Cabe ressaltar que as respostas foram pontuadas com escala de concordância de 1 a 5, portanto, compreende-se que quanto maior a média, menor a percepção de precarização. Quando comparadas as médias das dimensões, identificou-se que *organização do trabalho e condições laborais* obteve a menor média (M=3,17), seguida de *perspectivas de carreira, autonomia e reconhecimento* (M=3,30) e *direitos trabalhistas, relações contratuais e remuneração* (M=3,84).

A Tabela 3 apresenta os cálculos da média e desvio padrão dos fatores e o Alpha de Cronbach das dimensões:

Tabela 3: Média e desvio padrão dos fatores e Alpha de Cronbach das dimensões da EPTDESP

Dimensão	Fator	Média	DP	α
Organização do trabalho e condições laborais	Número de disciplinas, turmas e discentes	3,5	1,24	,933
	Carga horária de trabalho	2,6	1,26	
	Infraestrutura física, tecnológica e apoio técnico	3,4	1,11	
	Fomento à pesquisa e extensão e vínculos com IES, colegas e discentes	3,0	1,15	
Direitos trabalhistas, relações contratuais e remuneração	Direitos trabalhistas, relações contratuais e remuneração	3,8	1,09	,847
Perspectivas de carreira, autonomia e reconhecimento	Planejamento da carreira, participação em processos decisórios e autonomia docente	3,3	1,02	,898
	Cobrança por produtividade científica	3,1	1,37	
	Reconhecimento e incentivo à formação	3,3	1,03	

Fonte: Elaborada a partir das análises do SPSS.

Dentre os fatores, *carga horária de trabalho* obteve a menor média (M=2,6), indicando ser o de maior precarização na percepção dos/as docentes. Portanto, pode-se inferir que, de modo geral, os/as docentes consideraram que a carga horária de trabalho contratada pela(s) IES é insuficiente para a realização de todas as atividades exigidas, um aspecto da precarização amplamente apontado pela literatura (COUTINHO; MAGRO; BUDDE, 2011; GEMELLI; CLOSS; FRAGA, 2020; REIS; CECÍLIO, 2014). Salienta-se que nenhum dos fatores obteve média igual ou superior a 4, sendo que a média mais alta (3,8) relacionou-se a *direitos trabalhistas, relações contratuais e remuneração*.

Os cálculos de média e desvio padrão das variáveis e Alpha de Cronbach dos fatores da EPTDESP são apresentados na Tabela 4:

Tabela 4: Média e desvio padrão das variáveis e Alpha de Cronbach dos fatores da EPTDESP

Fatores	Variáveis	Média	DP	α
Número de disciplinas, turmas e discentes	Número de disciplinas	3,7	1,35	,848
	Número de turmas	3,6	1,40	
	Número de discentes por turmas	3,4	1,49	
	Carga horária de trabalho	2,8	1,49	

Carga horária de trabalho	Atividades pedagógicas extraclasse	2,4	1,42	,905
	Atividades administrativas extraclasse	2,6	1,44	
	Equilíbrio entre horário de trabalho e horário de descanso/lazer	2,6	1,39	
Infraestrutura física, tecnológica e apoio técnico	Disponibilidade de Equipamentos	2,8	1,52	,871
	Disponibilidade de Tecnologia	3,1	1,52	
	Estrutura de salas de aula	3,9	1,24	
	Estrutura de laboratórios	3,7	1,27	
	Apoio técnico	3,7	1,27	
Fomento à pesquisa e extensão e vínculos com IES, colegas e discentes	Fomento para atividades de pesquisa	2,7	1,43	,906
	Fomento para atividades de extensão	2,9	1,42	
	Vínculos com discentes	3,1	1,29	
	Vínculos com IES	3,2	1,32	
	Vínculos com colegas	3,3	1,27	
Direitos trabalhistas, relações contratuais e remuneração	Cumprimento dos termos contratuais	3,7	1,48	,847
	Recebimento dos direitos trabalhistas	4,0	1,42	
	Valor salarial	2,6	1,48	
	Cumprimento do prazo da remuneração	4,4	1,23	
	Cumprimento do valor da remuneração	4,3	1,28	
Planejamento da carreira, participação em processos decisórios e autonomia docente	Segurança quanto a permanência na IES	2,5	1,47	,887
	Planejamento do trabalho e carreira	2,2	1,39	
	Participação na concepção e alterações nos Projetos Pedagógicos dos cursos	3,3	1,49	
	Acesso aos níveis hierárquicos da IES	3,5	1,43	
	Autonomia na escolha das estratégias de ensino-aprendizagem	4,0	1,35	
	Autonomia na avaliação de discentes	3,7	1,42	
	Avaliação institucional	3,4	1,36	
	Autonomia na escolha dos conteúdos	4,1	1,28	
	Responsabilização pela atração e retenção de discentes	3,0	1,51	
Cobrança por produtividade científica	Cobrança por produtividade científica para permanecer na carreira	3,3	1,43	,858
	Cobrança por produtividade científica para ascender na carreira	2,9	1,50	
Reconhecimento e incentivo à formação	Reconhecimento por parte da instituição	3,3	1,40	,841
	Reconhecimento por parte de discentes	4,2	1,05	
	Reconhecimento por parte da sociedade	3,2	1,38	
	Incentivo à formação e capacitação docente	2,7	1,47	

Fonte: Elaborada a partir das análises do SPSS.

Como apresentado na Tabela 4, apenas quatro variáveis apresentaram média superior a 4. Ademais, das trinta e sete variáveis que compõem os fatores de precarização, doze atingiram médias inferiores a 3. Trata-se de um resultado que corrobora as discussões teórico-empíricas recentes de que a docência no ensino superior privado no Brasil passa por um intenso processo de precarização.

As variáveis de menor média e, conseqüentemente, indicativas de maior precarização, foram destacadas também na Tabela 4. *Planejamento do trabalho e carreira* obteve a menor média (M=2,2), indicando que poucos/as docentes sentiam-se seguros/as em traçar planos de vida futuros que dependiam da sua carreira docente. Sublinha-se também uma sobrecarga de *atividades pedagógicas extraclasse* (M=2,4) que, na percepção dos/as docentes pesquisados/as, não condiziam com a carga horária de trabalho formalizada pela(s) IES. A *insegurança quanto à permanência na IES* foi a terceira variável de menor média (M=2,5) neste estudo. Neste ponto, sugere-se considerar os impactos da reforma trabalhista e as recentes demissões em massa promovidas por IES privadas no Brasil, elementos que intensificaram o sentimento de insegurança de docentes quanto ao seu futuro (SGUISSARDI, 2018).

As duas primeiras hipóteses do estudo foram testadas a partir da análise de variância a um fator (ANOVA ONEWAY), tendo como H0: o grau de precarização tem uma distribuição normal entre as amostras. Os resultados do teste ANOVA da primeira hipótese – H1: *O tipo de vínculo/contrato de trabalho afeta significativamente a percepção do grau de precarização do trabalho docente de ensino superior privado* – revelaram uma diferença de variância significativa ($p < 0,05$) entre as médias de precarização das três dimensões da EPTDESP, de acordo com o vínculo/contrato de trabalho. Portanto, rejeita-se a hipótese nula, conforme apresentado pela Tabela 5:

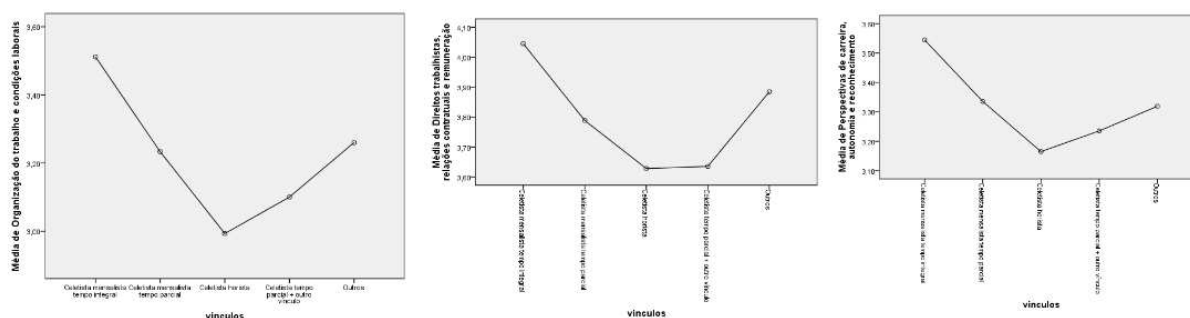
Tabela 5: ANOVA primeira hipótese

		ANOVA				
		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
Organização do trabalho e condições laborais	Entre Grupos	23,025	4	5,756	6,400	,000
	Nos grupos	541,417	602	,899		
	Total	564,442	606			
Direitos trabalhistas, relações contratuais e remuneração	Entre Grupos	15,441	4	3,860	3,282	,011
	Nos grupos	708,007	602	1,176		
	Total	723,448	606			
Perspectivas de carreira, autonomia e reconhecimento	Entre Grupos	12,033	4	3,008	3,787	,005
	Nos grupos	478,218	602	,794		
	Total	490,251	606			

Fonte: Elaborada a partir das análises do SPSS.

A partir da observação dos gráficos e de aplicação do teste Scheffe de comparações múltiplas – *post-hoc* – foi possível identificar que docentes com vínculo de tempo integral apresentaram menores médias de percepção de precarização do trabalho docente nas três dimensões da escala. Por outro lado, as médias de professores/as horistas foram significativamente mais baixas em todas as dimensões. Ou seja, docentes com vínculo de trabalho como horistas perceberam seu trabalho como mais precarizado em relação a docentes com vínculo de trabalho em tempo integral.

Figura 2: Gráficos ANOVA primeira hipótese



Fonte: Extraída dos SPSS

Os resultados do teste ANOVA da segunda hipótese – H2: *A caracterização da/s IES de atuação por credenciamento no MEC afeta significativamente a percepção do grau de precarização do trabalho docente de ensino superior privado* – revelaram que não há uma diferença de variância significativa ($p < 0,05$) entre as médias de precarização das três dimensões da EPTDESP, de acordo com a caracterização da IES. Portanto, não se rejeita a hipótese nula e conclui-se que a caracterização da/s IES de atuação do/a docente por credenciamento no MEC não interfere na percepção do grau de precarização do trabalho.

Por fim, a última hipótese – *H3: A percepção do grau de precarização afeta significativamente o interesse do/a docente de ingressar na carreira docente em IES pública* – foi testada por meio de regressão múltipla, indicada por Hair *et. al.*, 2009 quando o intuito é observar a relação entre uma variável dependente e várias variáveis preditoras. Antes da análise de regressão foram testados os pressupostos de linearidade do fenômeno e inexistência de multicolinearidade. Observou-se que apenas a dimensão 2 – *direitos trabalhistas, relações contratuais e remuneração* – não indicou relação significativa com o interesse em ingressar na carreira pública, portanto, rejeita-se parcialmente a hipótese nula.

A dimensão 1 – *organização do trabalho e condições laborais* – indicou relação significativa com o interesse em ingressar na carreira pública ($\beta = ,138$; $t = 3,421$; $p < 0,01$), assim como a dimensão 3 – *perspectivas de carreira, autonomia e reconhecimento* – ($\beta = ,150$; $t = 3,721$; $p < 0,01$). Como teste *post-hoc*, realizou-se teste de correlação entre os fatores de cada dimensão e o interesse em ingressar na carreira pública. Observou-se que, apenas os fatores *fomento à pesquisa e extensão e vínculos com IES, colegas e discentes* – dimensão 1 – e *cobrança por produtividade científica* – dimensão 3 – não apresentaram correlação significativa. Os demais fatores – *número de disciplinas, turmas e discentes; carga horária de trabalho; infraestrutura física, tecnológica e apoio técnico; planejamento da carreira, participação em processos decisórios e autonomia docente; e reconhecimento e incentivo à formação* – apresentaram correlação significativa ao nível $p < 0,01$.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, salienta-se que este estudo apresenta os resultados da última fase de um projeto de pesquisa iniciado no ano de 2020, com a realização de uma revisão sistemática da produção publicada no Brasil na última década (2010-2019), indexada na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), sobre o trabalho docente no ensino superior. Tal projeto propôs e validou ainda a Escala de Precarização do Trabalho Docente de Ensino Superior Privado (EPTDESP), instrumento de pesquisa que possibilita mensurar a precarização do trabalho docente de ensino superior privado no Brasil.

O propósito deste artigo foi analisar o trabalho docente de ensino superior em instituições privadas brasileiras, com enfoque na sua precarização, a partir da Escala de Precarização do Trabalho Docente de Ensino Superior Privado (EPTDESP). Nesta pesquisa exploratória, de natureza quantitativa do tipo *survey*, foram analisadas 607 respostas de docentes de ensino superior privado de diversas áreas e instituições, das regiões sul e sudeste. As análises incluíram estatísticas descritivas, análises de correlações e teste de hipótese (ANOVA ONEWAY e regressão múltipla).

Dentre os resultados dos testes de correlação entre as variáveis sociodemográficas e os aspectos da profissão docente, destacam-se: a) a sub-representação das mulheres nas áreas de Ciências Exatas e da Terra e Engenharias; b) os indicativos de desprofissionalização da docência de ensino superior; e c) a correlação da variável cor/etnia com a experiência docente, que reflete o recente acesso da população negra à profissão docente de ensino superior.

As análises das médias dos fatores e variáveis da EPTDESP corroboram discussões teórico-empíricas recentes que evidenciam um intenso processo de precarização sofrido pelos/as docentes de ensino superior privado no Brasil (FERREIRA, FERENC, WASSEM, 2018; GEMELLI, CLOSS; FRAGA, 2020; LOCATELLI, 2017). O principal fator relacionado à precarização foi a *carga horária de trabalho*, indicando a percepção de sua insuficiência, por parte dos/as docentes, para a realização de todas as atividades exigidas pelas IES. Destacaram-se neste estudo também: as dificuldades no planejamento de trabalho e da carreira docente; a

sobrecarga de atividades pedagógicas extraclasse; e a insegurança quanto à permanência na IES; aspectos relativos às variáveis que obtiveram as menores médias neste estudo.

Quanto ao teste de hipóteses, confirmou-se que o tipo de vínculo/contrato de trabalho afeta significativamente a percepção do grau de precarização do trabalho docente de ensino superior privado. Inferiu-se que docentes com vínculo de trabalho como horistas percebem seu trabalho como mais precarizado em relação a docentes com vínculo de trabalho em tempo integral. A hipótese de que a percepção do grau de precarização afeta significativamente o interesse do/a docente de ingressar na carreira docente em IES pública foi parcialmente confirmada. Depreendeu-se que a *organização do trabalho e condições laborais*, bem como as *perspectivas de carreira, autonomia e reconhecimento* são dimensões da EPTDESP que, quando não atendidas, influenciam na decisão de docentes de IES privadas de migrarem para IES públicas.

Além de confirmar a hipótese de que o grau de precarização influencia no interesse de ingressar na carreira pública, a pesquisa indicou quais fatores são mais significativos na tomada de decisão de migração da carreira privada para a pública, sendo eles: número de disciplinas, turmas e discentes; carga horária de trabalho; infraestrutura física, tecnológica e apoio técnico; planejamento da carreira, participação em processos decisórios e autonomia docente; e reconhecimento e incentivo à formação.

Do ponto de vista social e político, os resultados podem subsidiar o planejamento de políticas públicas e de ações sindicais de enfrentamento ao processo de precarização vivenciado por docentes do ensino superior privado brasileiro. Do ponto de vista gerencial, este estudo pode amparar ações por parte da gestão de IES privadas no sentido de reduzir o grau de precarização do trabalho docente e, conseqüentemente, melhorar os seus índices de retenção.

Outrossim, a realização da pesquisa atende à lacuna teórico-empírica de escassez de estudos que analisem quantitativamente dados primários sobre a precarização do trabalho docente de ensino superior, principalmente no contexto das IES privadas. Argumentos propostos por estudos teóricos e/ou de metodologia qualitativa (GEMELLI; CLOSS; FRAGA, 2020; IRIGARAY *et al.*, 2019; MELO; CAVALCANTE, 2019; MONTEIRO, 2015) foram confirmados estatisticamente. Evidencia-se, portanto, as contribuições teóricas deste artigo para os campos de estudos das relações de trabalho e da educação superior.

Observa-se um rápido processo de reestruturação da educação superior privado-mercantil no Brasil a partir da inserção das empresas educacionais no mercado financeiro e da aquisição de pequenas e médias instituições de ensino superior por conglomerados educacionais, por meio do processo de compra e/ou fusões (BIELSCHOWSKY, 2020; CARVALHO, 2020). Dado esse cenário, sugere-se a utilização da EPTDESP para avaliar como o/a trabalhador/a docente é afetado/a com a mudança na gestão da instituição após a compra por grupos empresariais de capital aberto. Ademais, a partir dos resultados deste estudo, propõe-se como agenda de pesquisas futuras:

- a) o estudo da precarização do trabalho docente com professores/as substitutos/as em IES públicas, contratados/as pela Lei nº 8.745/93;
- b) a adaptação e validação da EPTDESP para o contexto do ensino superior público;
- c) estudos sobre a desprofissionalização da docência de ensino superior;
- d) análises dos impactos das ações afirmativas para o ingresso de pessoas negras à profissão docente de ensino superior;
- e) estudos que analisem outros marcadores sociais de diferença, tais como classe, geração, gênero e sexualidade no trabalho docente de ensino superior;
- f) Relacionar a escala de precarização com outras relativas ao adoecimento ou à síndrome de Burnout, à exemplo do estudo proposto por Baptista *et al.* (2019).

Por fim, como limitação da pesquisa indica-se que a pandemia da COVID-19 não foi considerada como moderadora do modelo teórico. Nas instruções do questionário ressaltou-se

que as questões fossem consideradas a partir do contexto de trabalho docente anterior à pandemia, no entanto, entende-se que o seu contexto pode ter produzido ressonâncias nos dados da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, F. Uma trajetória singular? Apontamentos sobre europeização, privatização e especificidades do ensino superior português. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 11, n. 1, p.165-184, 2017.
- BALSAMO, G. M.; PANIZ, C. M. Um olhar sobre a inclusão das mulheres no curso de agropecuária: um estudo específico em um campus do Instituto Federal Farroupilha. **Perspectivas em Diálogo**, v. 8, n. 16, p. 309-327, 2021.
- BAPTISTA, M. K.; SOARES, T. F. P.; RAAD, A. J.; SANTOS, L. M. Burnout, estresse, depressão e suporte laboral em professores universitários. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 1, p. 564-570, 2019.
- BECHI, D. As reformas da educação superior e as metamorfoses do trabalho docente na economia capitalista flexível. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n.1, p. 203-223, 2017.
- BENINI, E. G.; FERNANDES, M. D.; PETEAN, G. H.; PENTEADO, R. C.; MAGNIN, L. S. L. T. Educação a distância na reprodução do capital: entre a ampliação do acesso e a precarização e alienação do trabalho docente. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020.
- BIELSCHOWSKY, C. E. Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 1, p. 241- 271, 2020.
- BROADLEY, K. Entrenched gendered pathways in science, technology, engineering and mathematics: Engaging girls through collaborative career development. **Australian Journal of Career Development**, v. 24, n. 1, p. 27-38, 2015.
- BROCH, C.; BRESCHILIARE, F. C. T.; BARBOSA-RINALDI, I. P. A expansão da educação superior no Brasil: notas sobre os desafios do trabalho docente. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 25, n. 2, p. 257-274, 2020.
- CARVALHO, E. L. M. As configurações do trabalho docente no ensino superior privado na Amazônia. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p.14539-14548, 2020.
- CERDEIRA, L.; CABRITO, B. Os professores do ensino superior público em Portugal: uma carreira em perigo? **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 6-22, 2020.
- COSTA, A. C. As injunções aos docentes na universidade pública: de intelectuais a trabalhadores polivalentes. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 14, n. 1, p. 175-195, 2016.
- COSTA, W. M. A.; SOUZA, K. R.; SCAFF, E. A. S. Flexibilização dos direitos trabalhistas e as consequências para o trabalho docente. **Laplage em Revista**, v. 7, n. 1, p. 20-30, 2021.
- COUTINHO, M. C.; MAGRO, M. L. P. D.; BUDDE, C. Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 13, n. 2, p. 154-167, 2011.
- COZBY, P. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FERNANDES, C. M. Desigualdades raciais e de gênero entre docentes de ensino superior no Brasil: um debate sobre descolonialidade e reconhecimento. In: **43º Encontro da ANPOCS**, 2019, Caxambu/MG. Anais.
- FERREIRA, A. C. S. P.; FERENC, A. V. F.; WASSEM, J. Trabalho Docente e Avaliação da Capes: estranhamento e naturalização. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 4, p. 1321 – 1341.
- FRAGA, A. M.; GEMELLI, C. E.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Cenário das publicações científicas em carreira e gênero. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 3, p. 158-178, 2019.
- GEMELLI, C. E.; CERDEIRA, L. COVID-19: Impactos e desafios para a educação superior

brasileira e portuguesa. In: GUIMARÃES, L. V. M.; CARRETEIRO, T. C.; NASCIUTTI, J. R. **Janelas da Pandemia**. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2020. p.115-124.

GEMELLI, C. E.; CLOSS, L. Q.; FRAGA, A. M. Multifformidade e pejotização: (re)configurações do trabalho docente no ensino superior privado sob o capitalismo flexível. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 26, n. 2, p. 09-438, 2020.

GUIMARÃES, A. R.; CHAVES, V. L. J. A intensificação do trabalho docente universitário: aceitações e resistências. **Revista Brasileira de Política e Avaliação da Educação**, v. 31, n. 3, p. 567 – 586, 2015.

HAIR; BLACK; BABIN; ANDERSON; TATHAM. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2020.

IRIGARAY, H. A. R.; OLIVEIRA, L. B.; BARBOSA, E. S. T.; MORIN, E. M. Vínculos profissionais e sentido do trabalho: uma pesquisa com professores do ensino superior. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 20, n. 1, p. 1-27, 2019.

IVO, A. A.; HYPOLITO, A. M. Políticas gerenciais em educação: efeitos sobre o trabalho docente. *Currículo sem Fronteiras*, v. 15, n. 2, p. 365-379, 2015.

JESSOP, B. On academic capitalism. **Critical Policy Studies**, v. 12, n. 1, p. 104-109, 2018.

LEAPER; C.; STARR, C. Helping and Hindering Undergraduate Women’s STEM Motivation: Experiences With STEM Encouragement, STEM-Related Gender Bias, and Sexual Harassment. **Psychology of Women Quarterly**, v. 43, n. 2, p. 165-183, 2019.

MARTINS, A. A. V.; HONÓRIO, L. C. Prazer e Sofrimento Docente em uma Instituição de Ensino Superior Privada em Minas Gerais. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 68, p. 835-852, 2014.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELO, V.; CAVALCANTE, M. S. A. O. “Torne-se professor e aumente sua renda”: o discurso de negação da docência como profissão. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 24, n. 42, p. 146-166, 2019.

MONTEIRO, A. R. **Profissão docente: profissionalidade e autorregulação**. São Paulo: Cortez, 2015.

MOURA, J. S.; RIBEIRO, J. C. O. A. R.; NETA, A. A. C.; NUNES, C. P. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista Profissão Docente**, v.19, n.40, p. 01-17, 2019.

MURPHY, K.; DAVIDSHOLDER, C. **Psychological testing: Principles and applications**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1998.

MAUÉS; O.; SOUZA, M. Precarização do trabalho docente da educação superior e os impactos na formação. **Em Aberto**, v. 29, n. 97, p. 73-85, 2016.

NOGUEIRA, A. F. M.; OLIVEIRA, M. A. G. Mercantilização e relações de trabalho no ensino superior brasileiro. **Revista Ciências Administrativas**, v. 21, n. 2, p. 335-364, 2015.

REIS, B. M.; CECÍLIO, S. Precarização, trabalho docente intensificado e saúde de professores universitários. **Trabalho & Educação**, v.23, n.2, p.109-128, 2014.

SAUNDERS, D. B.; BLANCO RAMIREZ, G. Against ‘teaching excellence’: Ideology, commodification, and enabling the neoliberalisation of postsecondary education. **Teaching in Higher Education**, v. 22, n. 4, p. 396–407, 2017.

SGUISSARDI, V. **A Universidade Brasileira no século XXI: Desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

SGUISSARDI, V. O que será das Instituições de educação superior comunitárias e confessionais? **Comunicações**, v. 25, n. 3, p. 27-42, 2018.

SILVA; M. J.; CASTRO, R. M. M. Ser professora negra no ensino superior: vivência e

experiências. **Profissão Docente**, v.18, n.39, p.324-338, 2018.

SOUSA, S. P. Sexismo e docência do ensino superior: análise da representatividade feminina na docência dos cursos de exatas. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, v. 6, p. 1-12, 2021.

TAMBE, T. A. F.; GOUVÊA, F. C. F.; TASMERÃO, A. S. Educação Superior em Moçambique: entre o estado e a astúcia do capital. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 33, p. 1-22, 2019.

VELOSO, B. G.; MILL, D. Precarização do trabalho docente na educação a distância: elementos para pensar a valorização da docência virtual. **Educação em Foco**, v. 23, n. 1, p. 111-132, 2018.

WALKER, V. S. Tendencias en el campo de la educación superior y su incidencia en el Trabajo Docente Universitario. **Revista de la Educación Superior**, v. 49, n. 193, p. 107-127, 2020.

WILCOX, K. Interrogating the discourses of ‘teaching excellence’ in higher education. **European Educational Research Journal**, v. 20, n. 1, p. 42-58, 2021.